



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 7 - 2021/2025

Data da Sessão : 21 de dezembro de 2022

Início da sessão: 15:00 horas

Términus da Sessão: 18:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Andreia Alexandra Valério Baço, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, Margarida Isabel Mendes Martinho, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, Luís Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta N.º 7 - 2021/2025
21 de dezembro de 2022**

-----**INICIO**-----

--- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro.**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro.**
- 5) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro.**
- 6) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Associação de Caça e Pesca Desportiva de Envendos e Carvoeiro (intervenção no pavilhão propriedade da Junta de Freguesia de Envendos).**
- 7) Análise e eventual deliberação relativa a requalificação de espaço exterior em Rosmaninhal (propriedade da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira);**
- 8) Análise e eventual deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais e Repartição de Encargos associados ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo;**
- 9) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2023;**
- 10) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2023;**

- 11) **Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Abertura do Procedimento;**
- 12) **Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas de Mação – Abertura do Procedimento;**
- 13) **Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga – Abertura do Procedimento;**
- 14) **Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos;**
- 15) **Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro;**
- 16) **Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga;**

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Faltou a esta sessão, a vogal Cláudia Sofia Marques Cordeiro, que justificou a sua falta em devido tempo e foi substituída pela vogal Margarida Isabel Mendes Martinho, o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques que também justificou a sua falta em devido tempo e foi substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão anterior. Posta à votação, a acta foi aprovada com uma abstenção.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, desde há alguns anos esta Assembleia nomeia representantes em diversas entidades e comissões e, deixa a proposta à Mesa da Assembleia, no sentido que, nas próximas Ordens de Trabalhos desta Assembleia Municipal, possa ser incluído

um ponto, à semelhança da Informação do Sr. Presidente da Câmara, para os referidos representantes desta Assembleia nas diferentes entidades e comissões possam fazer aqui um relato, pois os mesmos são nomeados e nunca mais se sabe nada do que é o seu trabalho nesses locais para os quais foram designados, no período entre as sessões da Assembleia, caso tenham participado em alguma reunião, durante esse período, uma vez que são nossos representantes. Continuou a sua intervenção referindo que, em relação ao CRIA, que funciona em Mação há cerca de ano e meio, chegou ao seu conhecimento que estão a ir para Abrantes, crianças do Concelho de Mação e que existirão vagas ocupadas, em Mação, por crianças que vêm de fora do nosso concelho e questiona se isto é um facto pois aquilo que ouviu nesta Assembleia por parte do Sr. Presidente foi que aquele era um projeto para funcionar no Concelho de Mação e que a prioridade era para as pessoas de Mação e que só seriam ocupadas vagas com pessoas vindas de fora do concelho quando sobrassem das pessoas do concelho. Terminou a sua intervenção referindo que temos algumas situações de valetas que têm sido sinalizadas nos últimos anos, nas visitas que se realizam nas freguesias, tendo ficado o compromisso da Câmara para as mesmas serem intervencionadas mas continuam muito degradadas, nomeadamente, em Penhascoso, no caminho de acesso ao Cemitério, em Aboboreira, na estrada Principal que, muitas vezes transforma a estrada num autêntico ribeiro, pois as valetas não têm capacidade para levar a água e, portanto, questiona a Câmara sobre se existe já alguma calendarização para se fazerem as intervenções necessárias nas valetas referidas.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao temporal que se abateu sobre o país e que, na freguesia de Ortiga, destruiu aquilo que era uma obra emblemática e estruturante para aquela freguesia que eram os passadiços e todos lamentamos que isso tenha acontecido, com a mesma intensidade com que celebrámos a concretização da obra. Continuou referindo que o que se passou a seguir é que é algo de lamentável, o que circulou nas redes sociais foi algo para o qual tem dificuldade até de encontrar adjetivos para classificar aqueles comentários e, o que se passou foi um ataque completamente injusto, infundado e patético, pois só um pateta é que pode escrever aquilo que foi escrito acerca do Sr. Presidente da

Câmara e, não chegando escrever sobre o Presidente da Câmara, escrever acerca do Vasco Estrela, pois houve comentários que foram muito além do Presidente da Câmara, com ataques pessoais sobre os quais deixa uma palavra de lamento e de repúdio, pois considera vergonhoso o que se passou e, só pessoas sem vergonha e sem o mínimo conhecimento do que se passou na preparação daquela obra, os pareceres técnicos que a mesma teve, é que pode dizer uma patetice daquelas. Continuou referindo que, há uma quantidade de anos, a Câmara Municipal intentou uma providência cautelar num pedido de requalificação de uma casa em frente do edifício da Câmara e, em jeito de recomendação ao executivo, uma vez que, com o desenvolvimento da vila, hoje não sabemos especificar onde é o centro da vila e é mais ou menos aceite que um bom critério para a centralidade de um núcleo urbano, pode ser a Praça do Município, que Mação não tem, deixa a recomendação para que a Câmara fizesse tudo para dar um sinal de que quer criar uma Praça do Município, adquirindo o terreno da referida casa, em frente do edifício da Câmara, para que possa dar um sinal de que nós temos aqui em frente uma Praça do Município e, quem sabe, com o tempo, fazer uma Praça a sério e onde aqui nasceria, claramente, a centralidade da vila de Mação. Terminou referindo que, relativamente à proposta apresentada pelo vogal José Fernando Martins à Mesa desta Assembleia, pessoalmente, não lhe parece que seja pertinente pois as instituições e comissão são tão diversas, os assuntos tão diversos que, fazer um ponto na Ordem de Trabalhos para dar conta disso, poderia criar aqui até uma certa anarquia, difícil de controlar porque alguns assuntos não merecem ser trazidos de forma muito ligeira e poderão necessitar de espaço de debate e discussão e esclarecimentos e eles são tão diversos que lhe parece que, com bom senso, ficasse ao critérios dos representantes, quando entendessem oportuno, trazerem essa informação à Assembleia.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção referindo que, na sequência do proposto pelo vogal José Fernando Martins, considera que seria importante também ser colocado em Ordem de Trabalhos um ponto temático, nomeadamente Saúde e Educação, de forma a possibilitar a discussão, considerando que era importante, em cada Assembleia poder-se discutir um tema. Continuou a sua intervenção referindo que, em relação aos representantes, não sabe se está ou não previsto na Lei, mas na questão dos

representantes da Comunidade Intermunicipal, se há possibilidade de haver suplentes, pois só foram designados os dois representantes efetivos desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e considera que era importante haver suplentes pois já aconteceu não poder ir e não ter ninguém que pudesse substituir. Continuou referindo uma frase que ouviu há pouco tempo, “Livros, mentes e guarda-chuvas só funcionam se estiverem abertos” e referiu que, nas visitas às freguesias o Sr. Presidente escreve apontamentos no seu bloco de notas, mas depois dá a sensação que depois não vão ser abertos pois há muitas questões anotadas que passam anos, de visita para visita sem serem resolvidas e considera que seria positivo, antes da visita, fazer um ponto da situação para ver o que está do ano anterior. Referiu ainda que o Sr. Presidente da Câmara, em entrevistas que tem dado, tem referido que este mandato será um mandato com uma gestão previsível e, gostaria que o Presidente, apesar de poder ser previsível, não fosse acomodado e muito menos que tenha uma gestão que leve à politiquice com alguma estratégia como já tem acontecido, nomeadamente na questão da Tejo Ambiente, pois tem ouvido referir que, quando as coisas correm mal e que foi votado por unanimidade a adesão da Câmara à Tejo Ambiente, o que afirma ter sido assim e bem e que votaria novamente a adesão à Tejo Ambiente pois considera ser uma boa solução mas o voto contra o EVEF não foi contra os investimentos, os eleitos do Partido Socialista consideram que o município podia suportar essa verba e não subir o tarifário porque estas obras vão melhorar a sustentabilidade do sistema e a eficiência e esse valor ia sempre diminuindo e baixar o tarifário é que lhes parece que possa ser possível e foi só esta a razão do voto contra o EVEF e nada mais. Ainda em relação à Tejo Ambiente referiu que o Sr. Presidente fez questão de dizer nesta Assembleia e na comunicação social que ia sair do cargo que tinha na Tejo Ambiente, mas quando voltou, parece que ninguém soube dos motivos que o levaram a voltar e considera que seria importante as pessoas saberem. Relativamente aos passadiços a sua opinião é que quando o Concelho perde, todos ficamos mais pobres, mas considera que à primeira, todos caem, mas à segunda só caímos se quisermos e devemos tentar melhorar nesse aspeto. Relativamente à questão do Tempo, considera que fazia sentido programarmos aqui alguma coisa do estilo de um Plano de Alterações Climáticas, que não funcionasse só

no verão pois as alterações climáticas também provocam problemas no inverno. Tem informação que vai haver algo na Comunidade Intermunicipal sobre a recolha de FCD e solicita informação se a Câmara também tem algo programado nessa matéria.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou, apresentado a seguinte intervenção:

“ A construção dos passadiços foi um sonho que os ortiguenses tiveram e que a Câmara decidiu, na sua agenda e no seu plano de trabalhos, incluir. Aquele projeto, naturalmente realizado por um Gabinete credenciado, terá sido sujeito a um parecer da APA e a única questão que coloco é, a APA, uma entidade tão exigente, uma entidade tão cheia de burocracias, em que os seus técnicos são tão habilitados, como é que a APA não previu esta situação. Quando para colocação de uma manilha numa linha de água, que só tem água durante o inverno, a APA é tão exigente, e põe tantos entraves, como é que nesta situação a APA permitiu esta construção. A Câmara de Mação já pediu algum esclarecimento ou já pensou em responsabilizar esta Agência? À parte de tudo isto, a verdade é que aqueles passadiços trouxeram pessoas e vida àquela zona, a todos deixou muito felizes, aos que vinham e aos que estavam. A decisão de reconstrução dos passadiços, no futuro, será uma decisão meramente política de quem governará esta Câmara. Depois de ler os comentários nas redes sociais, tentei perceber se havia algum comentário de algum membro da bancada do Partido Socialista a denegrir a imagem da Câmara ou do Sr. Presidente e não encontrou. A nossa recomendação, no futuro, a recomendação da bancada do Partido Socialista é que seja acutelada a localização, no caso de reconstrução, para que o dinheiro público, que se gasta nestas coisas “não vá por água abaixo”.”

--- A vogal Andreia Baço interveio para deixar uma sugestão que a Câmara faça uma alteração do horário das piscinas municipais cobertas, nomeadamente com a abertura mais cedo e o fecho mais tarde, dando a possibilidade aos nossos munícipes de usufruir melhor deste equipamento municipal do nosso concelho e não ter de se deslocar a outros municípios para utilizar equipamentos semelhantes e que temos aqui.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção deixando uma palavra ao vogal Daniel Jana e à vogal Carla Loureiro por terem sugerido a alteração da hora do

início desta sessão da Assembleia Municipal e terem feito as démarches necessárias nesse sentido, e assim termos podido acompanhar alguém que nos era muito querido à sua última morada, alteração que foi consensual das duas bancadas, deixando também uma palavra à bancada do PSD que aceitou de imediato a referida alteração. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à questão do vogal José Fernando Martins sobre o CRIA, polo de Mação, não tem conhecimento daquilo que foi referido pelo vogal, não pode opinar em concreto sobre a questão transmitida. Ainda sobre esta questão referiu que existe uma lotação do espaço referido e tem conhecimento que o mesmo está completo e que tem duas componentes, a de atividades ocupacionais e de internato e não tem conhecimento se as pessoas mencionadas pelo vogal José Fernando Martins estão internadas no CRIA, em Abrantes, supõe que não seja esse o caso, e como aqui em Mação não há vagas em atividades ocupacionais porque todos os utentes que estão em internato, estão também em atividades ocupacionais e, provavelmente será essa a questão em concreto, mas irá tentar saber se alguma coisa poderá ser feita, mas parece-lhe que será difícil retirar alguém que esteja, neste momento, utente de internato naquele espaço, que deixe de estar para haver frequência de alguém que só necessita de atividades ocupacionais. Mais referiu que a prioridade aos utentes do Concelho de Mação e não terem necessidade de ir para Abrantes foi o princípio que esteve subjacente a esta tomada de posição e a esta iniciativa da Câmara e se isso está a acontecer e se as situações que aqui estão forem iguais às que vão para Abrantes, é uma questão que terá de verificar em concreto e se as questões foram bem tratadas. Relativamente à questão das valetas referiu que, realmente, há necessidade de fazer um conjunto alargado de intervenções nessa área, um pouco por todo o concelho, os casos referidos já foram identificados e é verdade que nuns casos há mais necessidade de intervenção do que noutros, mas em centenas de quilómetros que temos nesta área, é evidente que nem sempre é possível fazer tudo, mas a Câmara vai tentar prever alguma empreitada, com alguma robustez para resolver estes problemas, dois deles, referidos pelo vogal José Fernando Martins, são bastante pertinentes. Em relação à intervenção do vogal José António Almeida e relativamente à sugestão de aquisição do terreno das casas em frente do edifício da Câmara, referiu que é uma situação que o executivo

poderá avaliar, que terá de ser muito bem estudada, terão de ser ponderados os seus custos/benefícios, como o vogal José António Almeida, também outras pessoas defendem esta aquisição, mas há que ponderar o que são as disponibilidades da Câmara, não só para a aquisição mas depois para construção de algo, e perceber se faz ou não sentido pois não se trata somente de adquirir o espaço, mas é depois também tudo o resto inerente. Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e ao livro das Freguesias, referiu que é verdade que toma apontamentos e mais pessoas o fazem, muitas vezes tenta verificar, antes de ir aos locais, aquilo que foi ou não foi feito, mas a Câmara tem sempre que priorizar aquilo que é mais relevante ou aquilo que o executivo considera mais pertinente, se bem que compreende que o que é mais pertinente para as pessoas é resolver o seu problema e isso é humano e todos somos assim. Mais referiu que a Câmara vai tentando acomodar as coisas, resolver as questões, pelas de maior monta e aquelas que são mais visíveis, assuntos mais problemáticos, mas reconhece que há coisas que se vão repetindo, nomeadamente aquilo que o vogal José Fernando Martins acabou de referir, relativamente às valetas. Relativamente àquilo que é a previsibilidade do Presidente da Câmara e a estar acomodado, referiu que quando disse que ia ser um Presidente previsível, quis dizer que não esperassem de si uma postura diferente, neste mandato, relativamente aos outros mandatos e considera que isso não tem nada a ver com estar ou não estar acomodado e pensa que não tem estado acomodado. Relativamente à questão da politiquice estratégica, não conseguiu perceber bem o alcance, considera que não a tem tido e que, desse ponto de vista tem sido também previsível na ação, no trato, no respeito e na forma como tem exercido o cargo e considera que não está incómodo. Mais referiu que se tinha a ver com a questão da Tejo Ambiente, se fosse na politiquice estratégica, diria de uma forma mais clara que os eleitos do PS votaram a favor da integração na Tejo Ambiente e agora, quando as coisas começaram a correr mal estão a querer ficar fora das decisões difíceis, mas o vogal Daniel Jana referiu que não, que a discordância da bancada do PS tinha só a ver com o facto da Câmara poder suportar os custos e não onerar as pessoas e por isso é que votaram contra o EVEF, mas isso estaria bem se não houvesse um problema, que referiu na Assembleia Municipal e que é o facto de que o voto contra da bancada do PS

no EVEF, se fosse acompanhado pelos outros membros da Assembleia Municipal, faria com que o mesmo não fosse aprovado e se não fosse aprovado, não haveria EVEF e sem ele não haveria qualquer tipo de investimento e haveria a saída do Município da Tejo Ambiente. Mais referiu que, relativamente a este assunto, a Câmara pode fazer tudo o que foi referido pelo vogal Daniel Jana, aprovando o EVEF e o que disse foi que o EVEF era condição para, neste momento, estarem a ser feitos 2 milhões de euros de investimento na zona norte do Concelho de Mação e o que disse e volta a dizer é que se o PSD tivesse tido a postura do PS, neste momento não havia obra no valor de 2 milhões de euros no concelho, não havia outra hipótese pois uma coisa estava dependente da outra e agora a Câmara pode dar os apoios que entender. Quanto à questão de ter saído e reentrado para a Tejo Ambiente, referiu que saiu porque tinha divergências que tinham a ver com os investimentos referidos, porque a determinada altura do processo esses investimentos foram condição para a adesão do Município de Mação e a determinada altura, o Conselho de Administração, por questões estratégicas, colocou a hipótese de fazer outro tipo de investimentos com os quais não concordava e entendeu que assim, não havia condições para lá continuar a presidir à Assembleia Geral e saiu, mas a partir do momento em que as coisas foram repensadas e esses investimentos, conforme estavam previstos e estão previstos nesse EVEF, foram retomado, entendeu que tinha condições para voltar a exercer o cargo que estava definido, portanto, foi esta a razão pela qual saiu e voltou a entrar. Relativamente ao Plano de Alterações Climáticas, referiu que, ainda esta semana despachou uma informação, no sentido da Câmara elaborar um Plano relativamente às alterações climáticas, no âmbito daquilo que a própria Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo está a elaborar. Em relação às recolhas do FCD, também num projeto intermunicipal, a Câmara vai trabalhar para conseguirmos encontrar uma boa solução relativamente a essa matéria. Relativamente à questão das piscinas cobertas colocada pela vogal Andreia Baço, referiu que, no passado as mesmas já tiveram horários mais alargados, cuja utilização foi praticamente nula, com consumos de energia e pessoal elevados, mas é uma questão que o executivo poderá ponderar, mas às vezes alargam-se os horários e as pessoas não aparecem e depois vem o inverno, está a chover e está frio e não lhes apetece ir e, cada vez que se

acende a luz naquele equipamento o consumo é grande e caro, mas considera que é uma questão que terá de ser ponderada e não lhe poderá dar uma resposta neste momento. Em relação aos Passadiços de Ortiga, agradeceu as palavras do vogal José António Almeida relativamente àquilo que foi dito e que foi escrito e, começando pelo fim, relativamente à reconstrução, considera que é prematuro dizer o que quer que seja em relação a essa matéria, se faz sentido reconstruir o quê, como e onde, com que material, sabendo hoje que grande parte do material está lá quase todo, algum, felizmente, ainda no sítio, mas ainda não é altura de irmos ver, confirmar tudo, a robustez, como está ou não está pois as condições climatéricas ainda não permitem, o leito do rio também não permite e não há, desse ponto de vista, ainda condições para tomarmos nenhuma decisão relativamente a essa matéria. Continua referindo que, ainda ontem disse a um órgão de comunicação social que quem, de repente aterrasse em Portugal, por estes dias, nomeadamente na zona de Mação, haveria de pensar que a única coisa que aconteceu no país foi terem desaparecido os passadiços da Ortiga ou, pelo menos, onde um autarca foi “linchado” publicamente, por ter decidido que aquela poderia ter sido uma obra interessante para o Concelho de Mação, esquecendo-se tudo aquilo que aconteceu a montante e a jusante, onde partes de passadiços também desapareceram, onde ancoradouros de barcos também desapareceram, onde metade de Lisboa ficou submersa, com prejuízos de milhões e milhões de euros, hospitais acabados de inaugurar com os parques subterrâneos completamente inundados, como se aquilo que tivesse acontecido naqueles dias fosse uma situação perfeitamente normal e acontecesse todos os anos e que só o Presidente da Câmara de Mação é que não tinha percebido que aquilo ia acontecer. Mais referiu que é evidente que havia o risco que aquilo que aconteceu acontecesse e disse-o antes e escreveu-o, também havia o risco de arderem, como arderam os passadiços mais famosos do país, pouco tempo depois de serem inaugurados, como há sempre risco de alguma coisa de mal acontecer em qualquer obra feita em sítios com alguma problemática. Referiu ainda que, se aquela obra tivesse sido feita em 2013, provavelmente já tinham passado estes anos todos sem ter havido nenhum problema, podem dizer que a história demonstra quem ciclicamente, aquilo pode acontecer, é um facto, e as pessoas da Ortiga, melhor do que ninguém, sabem isso e, melhor

do que ninguém, avisaram desse facto e a opção ali seria arriscar ou não arriscar em fazer uma obra que, como a vogal Carla Loureiro referiu, e bem, pudesse ser importante para o desenvolvimento turístico do concelho, importante para aquela região, reforçando a nossa ambição de reforçar a ligação ao rio e esperar que tudo pudesse correr bem como era a nossa expectativa, sabendo que uma coisa é uma cheia com a intensidade que esta veio e outra é uma cheia normal em que os passadiços pudessem ficar algum tempo debaixo de água como estiveram em Constância e na Barquinha, durante 5 ou 6 dias, mas não tiveram problema pois a corrente não foi suficiente forte para causar danos, e agora, evidentemente, perante aquilo que aconteceu, só tem uma solução e foi essa que tentou transmitir e que foi dar a cara e assumir as suas responsabilidades como responsável máximo pela Câmara relativamente a esta matéria. Mais referiu que não tem de ir pedir responsabilidades à APA nem à CCDR, que foram as duas entidades que deram o seu assentimento nesta matéria, pois não se vai escudar nas entidades externas que se limitaram a dar os seus pareceres para estes passadiços, como deram para todos os outros passadiços, incluindo os que também não correram bem. Continuou referindo que podemos ter os pareceres, um parecer é isso mesmo, positivo ou negativo, tendo sido positivo neste caso, mas apesar disso, considera que não tem de ir pedir responsabilidades pelo que aconteceu a qualquer das entidades, sendo a responsabilidade da Câmara e, nomeadamente, do seu Presidente. Terminou referindo que, ainda sobre os passadiços, tem havido, desde sempre, no desenvolvimento de todo este processo, sem nomear ninguém, que começou em 2015 e, na altura alguém o incentivou para isto, e ainda bem que o fez, sabe às portas onde bateu e também os projetos iniciais que eram muito mais ambiciosos em termos de riscos, do que estes, onde havia uma abrangência para o leito do rio muito maior do que foi esta e, nesse Gabinete certificado para a matéria, houve algum cuidado para tirarmos o passadiço para o mais longe possível do leito do rio e da zona de cheia, infelizmente não tão longe quanto tinha sido, eventualmente, desejável e, portanto, este foi um processo longo, foi apresentado às entidades, nomeadamente à CCDR e todas as pessoas acharam extraordinariamente interessante e não foi um devaneio do executivo de querer fazer ali uma coisa que era uma total irresponsabilidade,

como parece que algumas pessoas quiseram fazer crer, mas infelizmente correu mal e, mais do que ninguém, lamenta o facto. Referiu ainda que já falou com a Sr.^a Presidente da CCDR sobre este assunto, veremos o que é que, no futuro, podemos vir a fazer para requalificar ou não requalificar, mas pelo menos, para não se perder tudo daquilo que ali foi feito e, mais do que isso, conforme referiu a vogal Carla Loureiro, e bem, para que possa continuar a ser um local onde as pessoas possam ir usufruir um bocadinho do rio.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que já decorrem, na zona norte do concelho, a primeira empreitada da empresa Tejo Ambiente, relativamente ao abastecimento de água para aquela zona, que virá da barragem das Corgas, Proença-a-Nova, e que também já foi adjudicada a segunda empreitada para a zona sul do concelho. Mais informou que estas duas empreitadas terão um valor global de cerca de 6 milhões de euros e tudo será feito para estarem concluídas no prazo de um ano. Informou ainda que, desde o dia 1 de dezembro de 2022, a Câmara assumiu as competências na área da Ação Social, que era algo que estava previsto que seria obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2022, decisão que foi adiada por decisão do Governo, mas tínhamos o acordo com a Segurança Social e, portanto, a Câmara já está a assumir essas competências. Mais informou que a Câmara tinha um empréstimo aprovado, que estava para visto do Tribunal de Contas, empréstimo esse que a Câmara não vai formalizar nem executar, uma vez que, pelo decurso do tempo e da aprovação do Tribunal de Contas que demorou e estaria ainda para demorar, e tendo a Câmara já conseguido liquidar e pagar as obras que estavam inerentes a esse mesmo empréstimo, será presente na próxima Assembleia Municipal, formalmente, o pedido para anulação do mesmo. Deixou um agradecimento a todas as empresas, associações, IPSS's, e cidadãos que de alguma forma contribuíram para a iniciativa de decoração

das montras e da construção de Presépios, nesta época natalícia e que colaboraram com a Câmara Municipal de Mação, bem como todos os trabalhadores da Câmara que construíram a nossa Aldeia de Natal. Informou ainda que termina dia 31 de dezembro o prazo que existe para a possibilidade de desagregação das freguesias que foram agregadas em 2013 e, portanto, pela ausência daquilo que foi a pronúncia, nomeadamente, da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, que era a única que estava nessas condições, parte-se do princípio que estão tranquilos com essa solução e que tudo aquilo que foram as manifestações de desagrado, pertencem ao passado, uma vez que, à Câmara Municipal de Mação nada chegou relativamente a essa matéria. Terminou a sua intervenção entregando, conforme compromisso assumido anteriormente, ao vogal Daniel Jana, a listagem dos prédios devolutos das sedes de freguesia do Concelho de Mação, sendo mais de 300 casas nestas oito povoações.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.** -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que a Junta de Freguesia de Ortiga possui um terreno em frente do Centro Social Nossa Senhora das Dores, em Ortiga, e é um local que precisa de ser requalificado, a Câmara tem esse compromisso já há muitos anos a esta parte, no sentido de colaborar com a Junta de Freguesia na realização daquela empreitada, uma vez que já lá iniciou algumas obras e, por uma questão de formalismo, uma vez que o terreno não é da Câmara, propõe que a Assembleia dê autorização à Câmara para continuar com aqueles trabalhos em terreno da Junta de Freguesia de Ortiga.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo a proposta apresentada sido aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro**

O Sr. Presidente da Câmara informou que a proposta apresentada e aprovada por unanimidade na reunião de Câmara é um apoio à Junta de Freguesia de

Carvoeiro, no montante de 6.842,00€ (seis mil, oitocentos e quarenta e dois euros) para ajudar, no valor de 50% do montante gasto, relativamente às obras de melhoramento do Centro Cultural de Carvoeiro, onde funciona também a Junta de Freguesia, uma obra já realizada há algum tempo e que a Junta já suportou na totalidade mas que também era um compromisso da Câmara que, na altura foi entendido não trazer à Assembleia Municipal devido à proximidade de Eleições Autárquicas e propõe que a Assembleia possa aprovar este apoio à Junta de Freguesia de Carvoeiro.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo a proposta apresentada de apoio no montante de 6.842,00€ (seis mil, oitocentos e quarenta e dois euros) à Junta de Freguesia de Carvoeiro, sido aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a Junta de Freguesia de Carvoeiro realizou o seu passeio anual no dia 5 de outubro de 2022 e teve dificuldade em ter um autocarro disponível para o efeito, devido a uma série de conjunturas de mercado e, na altura, foi uma urgência solicitar o autocarro da Câmara, que foi cedido, mas em todo o caso, considera ser correto que esta Assembleia possa ratificar esta decisão da Câmara.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade ratificar a decisão da Câmara Municipal de Mação de ceder o autocarro à Junta de Freguesia de Carvoeiro.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Carvoeiro.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a Junta de Freguesia de Carvoeiro adquiriu uma viatura de 9 lugares para poder transportar os seus fregueses, essencialmente para o Centro de Saúde de

Mação, nesta altura em que deixaram de ter Médico de Família, pelo que é considerado um serviço público, quanto à Câmara, de muita valia e, por isso foi aprovado pela Câmara um apoio de 4.305,00€ (quatro mil, trezentos e cinco euros), referente a 50% do custo do veículo que propõe seja aprovado pela Assembleia Municipal.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo a proposta de apoio à Junta de Freguesia de Carvoeiro no montante de 4.405,00€ (quatro mil, trezentos e cinco euros), sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Associação de Caça e Pesca Desportiva de Envendos e Carvoeiro (intervenção no pavilhão propriedade da Junta de Freguesia de Envendos).**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este pedido de apoio é presente a esta Assembleia Municipal porque a Associação de Caça e Pesca Desportiva de Envendos e Carvoeiro celebrou, com a Junta de Freguesia de Envendos, um Contrato de Comodato e esta associação tem um projeto ambicioso, que está orçamenta do em mais de 55.000,00€, para realizar obras naquele pavilhão, para que possa ter lá a sua sede. Assim, o apoio é para a associação, para as obras que querem levar a efeito, mas o edifício é património da Junta de Freguesia de Envendos, que ficará com melhores condições e mais-valias, razão pela qual, juridicamente e para salvaguarda da Câmara, a mesma considera que deve haver autorização por parte da Assembleia Municipal para este apoio no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros).

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar o apoio à Associação de Caça e Pesca Desportiva de Envendos e Carvoeiro no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros). Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Análise e eventual deliberação relativa a requalificação de espaço exterior em Rosmaninhal (propriedade da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira);**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que, neste caso concreto, estamos a falar de um compromisso antigo entre a Câmara e a União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, onde a União de Freguesias ficaria responsável pela aquisição dos prédios necessários para se fazer esta intervenção e a Câmara ficaria responsável pela obra ou pelo pagamento da mesma. Mais referiu que a União de Freguesias teve dificuldade em regularizar a situação, por culpas que não lhe são imputáveis, uma vez que tinha a ver com questões de heranças dos proprietários do espaço e agora estão reunidas as condições para levarmos por diante este projeto e estamos a falar de um orçamento estimado na casa dos 30.000,00€, que a Câmara irá assumir e, uma vez que vamos intervir em algo que não é propriedade da Câmara, é necessária a autorização da Assembleia Municipal para o fazer pois o local é propriedade de uma Junta de Freguesia, neste caso, da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a Câmara a fazer o solicitado.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Análise e eventual deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais e Repartição de Encargos associados ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este ponto tem a ver com o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo, tendo sido aprovado nesta Assembleia em dezembro do ano passado esta delegação de competências e assunção destes compromissos e aquilo que nos foi solicitado pela Comunidade, por imperativo do Tribunal de Contas foi que fosse clarificado em cada Câmara e Assembleia Municipal a autorização para a assunção destes compromissos para o ano de 2023 e seguintes, de uma forma clara e é isso que aqui vimos pedir que é, no fundo,

uma redundância relativamente ao que já está aprovado mas para que possa ser feita uma deliberação onde, de uma forma explícita fiquem assumidos os compromissos do município de Mação para todos os anos de vigência deste contrato.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal de Mação deliberado por unanimidade aprovar os Compromissos Plurianuais e Repartição de Encargos associados ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo, para execução do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a sociedade concessionária RMTEJO II - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS, UNIPessoal LDA, na sequência do procedimento pré-contratual CP/07/2021, publicado no Diário da República, n. 2915, série II, de 10 de março de 2022.

A repartição de encargos, num total de 2.306.752,00€, é a seguinte:

- 2023: 269.136,00€;
- 2024: 275.494,00€;
- 2025: 282.004,00€;
- 2026: 288.349,00
- 2027: 294.836,00€;

Anos seguintes: 896.933,00€.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2023;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que o executivo considera que os documentos apresentados (Plano de Atividades e Orçamento) são suficientemente explícitos relativamente àquilo que o mesmo pretende que venha a ser a sua ação política e não só, durante o próximo ano e considera que é um Orçamento adequado às circunstâncias, sendo certo que é também cauteloso, tendo em conta essas mesmas circunstâncias que passam, necessariamente, por aquilo que pode vir a ser a conjuntura

económica e financeira do ano de 2023, as dificuldades que se adivinham que todos possamos vir a viver, fruto não só do aumento do custo de vida mas também de outras contingências que possam surgir, nomeadamente a manutenção da guerra na Ucrânia e não só. Mais referiu que existem também dificuldades acrescidas, num ano de transição de Quadros Comunitários e o que está previsto no Orçamento decorre de candidaturas já previamente aprovadas, portanto é um Orçamento e um Plano de Atividades que estão dentro daquilo que o executivo entende que é possível vir a fazer, relativamente ao próximo ano, a exemplo daquilo que tem sido habitual e que a Câmara tem conseguido fazer, as propostas apresentadas, com taxas de execução muito razoáveis. Continuou referindo que, conforme tem sido também habitual, a Câmara tenta dividir aquilo que é a sua ação por algumas áreas que considera de maior relevância:

Relativamente à Ação Social e Saúde referiu que, na área da Ação Social, a descentralização das competências que obrigará a Câmara a ter muito maiores responsabilidades nesta matéria, nomeadamente no acompanhamento de tudo aquilo que são os subsídios inerentes a esta matéria, pessoas que são abrangidas pelo RSI e não só, e que vai obrigar a que o Gabinete de Ação Social da Câmara tenha aqui alguns trabalhos redobrados. Mais referiu que temos também aqui muita atenção àquilo que poderão ser as questões mais pessoais, particulares e/ou familiares de pessoas com alguma vulnerabilidade, fruto da contingência que referiu anteriormente, que possam vir a necessitar do apoio da Câmara, mas considera que, a esta altura, a Câmara já tem um conjunto de apoios muito interessante e, seguramente vamos fazer esse mesmo reforço. Informou que a Câmara está a preparar um regulamento de apoios sociais que espera possa vir à Assembleia Municipal em abril, precisamente para balizar tudo aquilo que são os apoios sociais que a Câmara Municipal de Mação tem e que muitas vezes estão dispersos um pouco ao “sabor” das necessidades e, por isso, vamos tentar tratar das coisas da forma que entendemos que devem ser tratadas. Mais referiu que um ponto fundamental, crítico e que vem também referido nos documentos tem a ver com a questão da falta de médicos, que é uma situação que já nos está a atingir e, provavelmente, há ano e meio atrás não seria um assunto que nos preocupasse tanto, apesar de já nos preocupar. A Câmara está atenta ao

assunto, tem feito as diligências que pode fazer relativamente a esta matéria, sendo certo que o panorama é aquele que todos conhecemos, em termos nacionais, com constrangimentos vários, situação que, cada vez mais, tende a ser uma prática e a Câmara terá de fazer a sua parte, não deixando de lamentar, como está escrito no documento, que é algo que não devia acontecer, que é o “leilão” que existe, relativamente a esta matéria.

Relativamente à Educação e à Cultura referiu que o Agrupamento de Escolas também está, neste momento, com uma relação de maior proximidade com a Câmara Municipal, fruto da descentralização de competências, que entrou em vigor no início de abril de 2022, considera que a relação tem corrido bem e não tem havido nenhum problema nem nenhum obstáculo, quer da parte da Câmara, quer da parte do Agrupamento de Escolas, há serenidade e considera que é assim que as coisas devem ser tratadas. Mais referiu que foram concluídas as obras de requalificação da Escola, conforme estava previsto, existem problemas no bloco A e no bloco B da Escola Básica de Mação, onde existem questões de infiltrações de água complicadas, que vão ter de ser resolvidas durante o próximo ano. Informou ainda que está também previsto terminar as obras do piso 0 do Museu, que deviam terminar em final deste mês, mas que estão manifestamente atrasadas e começar também as obras, em Envendos, do Núcleo Museológico relacionado com o chamado Museu do Presunto, que há tantos anos é um anseio desta Câmara e dos Envendos, bem como terminar a Monografia do Concelho de Mação que estamos a elaborar para atualizar essa Monografia que tão precisada está.

Em relação ao Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico referiu que temos aqui uma questão que começa e que já é crítica, que tem a ver com a expansão da Zona Industrial das Lamas, que estamos em fase de aquisição de terrenos, que temos adquirido de forma paulatina, mas temos a revisão do PDM que nos impede de iniciar qualquer tipo de obra e de expansão e que já permitiria, nos lotes que estão junto ao limite da zona atual, alguma construção e espera que em março já haja boas notícias sobre a revisão do PDM, na reunião da concertação, onde esperamos que esta situação possa começar a ficar resolvida. Mais referiu que, relativamente ao Gabinete Empreendedor, a Câmara tem uma nova entidade que está a colaborar com a mesma, no sentido de encontrar as melhores soluções para apoiar os nossos empresários,

fazendo aquilo que tem sido o habitual da Câmara, no apoio ao tecido empresarial, quer com a submissão de candidaturas, quer com a sinalização de hipótese de candidaturas, quer com outros e variados tipos de apoio que, de uma forma muito regular, são deliberados em sede de reunião de Câmara.

Relativamente à Regeneração Urbana, a Câmara tinha sido muito ambiciosa, este ano, a iniciar um conjunto de obras que, por motivos vários não conseguiu fazer e espera que em 2023 isso possa acontecer, nomeadamente, em Mação e em Cardigos.

Em relação à área do Turismo referiu que esta é uma área que devemos ter todos a devida atenção, no sentido de podermos conseguir responder cabalmente àqueles que nos visitam, principalmente na altura do verão e considera que o próximo ano vai ser interessante desse ponto de vista, observar quando o país já está com total normalidade, sem que o Covid paira sobre nós, para percebermos se aquilo que foram os fluxos de pessoas nos anos anteriores se mantem ou se, pelo contrário, vai haver alguma diminuição nessa matéria, mas seja como for, compete-nos a nós tudo fazer para recebermos as pessoas em condições e, nesse sentido, a Câmara está a terminar as obras de requalificação da Praia Fluvial de Ortiga, a Barca da Amieira estará seguramente pronta na altura do verão e também ter um olhar especial sobre as praias fluviais de Cardigos e Carvoeiro. Deixa um apelo a todos pois só a Câmara e as Juntas não são suficientes e é necessário que outros agentes também façam a sua parte para que as coisas possam acontecer bem.

Relativamente às Obras e ao Património, conforme referiu, há aqui algumas indefinições que a Câmara tem, fruto daquilo que são as próprias indefinições do Quadro Comunitário de Apoio, quando é que podemos iniciar algumas obras, mas há algumas questões concretas que vamos, evidentemente, iniciar e das quais realça a finalização do que foi a requalificação no Carvoeiro, nomeadamente na Praça Central, com a questão dos sanitários e também da pintura dos muros junto à fonte, terminar o piso 0 do Museu, terminar a obra de eficiência energética nas piscinas cobertas, terminar a obra na estrada Capela/Carvoeiro que está em curso, tentar dar um avanço na obra do pavilhão junto ao Pavilhão Multiusos, em conjunto com a Junta de Freguesia de Envendos e as obras de requalificação da entrada norte de Mação e do centro

histórico de Cardigos, que também vamos tentar iniciar no próximo ano e considera que há todas as condições para o efeito. Mais referiu que a Câmara não deixará também de apoiar as Juntas de Freguesia, que poderão continuar a contar com a Câmara, dentro daquilo que for entendido como razoável e daquilo que for possível, de acordo com as capacidades da Câmara.

Relativamente ao Orçamento propriamente dito, referiu que o mesmo tem uma dotação de pouco mais de 15 milhões de euros, tem um aumento de 16,5%, relativamente ao Orçamento inicial do ano transato, que se traduz em cerca de 2,2 milhões de euros a mais e que tem a ver, essencialmente, com um aumento das transferências do FEF de 600.000,00€, de mais 750.000,00€ referentes à descentralização de competências e os 980.000,00€ do empréstimo que estava devidamente contratado. Mais referiu que este valor do empréstimo vai ser retirado do Orçamento, fruto daquilo que transmitiu anteriormente, sendo certo que teremos também, na sessão desta Assembleia de fevereiro, oportunidade de injetar no Orçamento o Saldo de Gerência, que estimamos que seja muito considerável, para o próximo ano, para fazer face àquilo que são ou que podem vir a ser as obrigações da Câmara Municipal de Mação. Referiu ainda que temos uma receita corrente superior à despesa corrente na casa dos 300.000,00€, que considera ser um bom indicador e chama também à atenção que, relativamente ao apoio a famílias e instituições sem fins lucrativos, temos o Orçamento com uma dotação de 650.000,00€, que são mais 286.000,00€ que tínhamos no ano de 2022. Termina a sua intervenção referindo que o executivo está muito confortável com o documento que apresenta, que foi elaborado com respeito pelas regras do SNC, teve em consideração a situação económica, sendo certo que tivemos, já este ano, aumentos muito consideráveis em termos de gastos fixos, nomeadamente no que diz respeito à eletricidade, ao gás e aos combustíveis, que, de alguma forma já estão aqui refletidos neste documento.

Em relação à Floresta e à Paisagem, o Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que continuamos a fazer a elaboração das propostas de OIGP para as nove AIGP's, priorizando as que são referentes às antigas Zonas de Intervenção Florestal, que terão de ser entregues em março de 2023 e continuamos à espera de um ponto extremamente importante, senão fundamental, que é a clarificação das ajudas a dar aos proprietários individuais,

tendo havido já avanços muito significativos nessa área e há uma proposta que está em fase final de elaboração, dessas ajudas e estamos a aguardar que esse documento seja aprovado e se torne público. Mais referiu que este documento é muito importante porque estabelece as ajudas que vão ser disponibilizadas aos proprietários, por um período de 20 anos e estabelece também, quer a forma de aceder a essas ajudas, que pode ser diferenciada, se o proprietário escolher fazer a gestão por si receberá essas ajudas de uma determinada forma, se respeitar um conjunto de exigências, se o proprietário entender aderir à gestão conjunta e entregar a gestão, receberá na mesma parte dessas ajudas, praticamente o mesmo valor, no entanto, é fundamental para a comunicação com os proprietários e para que os mesmos possam escolher qual o caminho que pretendem seguir, que esses valores sejam clarificados e que sejam públicos para que possamos por as cartas na mesa e as pessoas possam escolher aquilo que for do seu interesse. Mais referiu que, acima de tudo, era fundamental, neste momento, que, de uma vez por todas se clarificassem os apoios disponíveis para os proprietários porque aquilo que se pretende é que todos os proprietários adiram à AIGP, uns reservando para si a gestão de parte ou da totalidade dos seus terrenos, outros irão fazer a sua adesão à AIGP e irão aderir à gestão conjunta.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que este Orçamento vem na linha dos anos anteriores. Continuou referindo que o Castro de São Miguel tem uma dotação de 300.000,00€ e solicita informação se está resolvido o diferendo entre os dois municípios relativamente ao Castro e a Câmara pode avançar com esta intervenção pois é um valor significativo. Continuou a sua intervenção referindo que estão previstas duas dotações para aquisição de terrenos para a expansão da Zona Industrial das Lamas e solicita informação sobre isso. Mais solicitou informação sobre o que está pensado para a intervenção de requalificação da entrada norte de Mação, que também vem mencionada no documento, pois a mesma tem dotado um valor significativo. Termina referindo que, relativamente àquilo a que este Orçamento se refere às freguesias, o valor de transferências para as freguesias, é na ordem dos 100.000,00 €, quando vivemos um período de transferência de competências, quando temos um conjunto de protocolos e outras ajudas à Juntas de Freguesia, questiona se este valor será suficiente para fazer face a

todos esses encargos ou se alguns apoios e protocolos não façam parte da rubrica “freguesias”.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que, no que concerne a análise técnica dos documentos, considera que os mesmos estão inequivocamente elaborados de acordo com a legislação em vigor, com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, como tal considera que estão cumpridas todas as regras que um Orçamento deve ter e, por isso, em termos técnicos não há como não concordar com este Orçamento. Continuou a sua intervenção referindo que, em termos formais, sentiu-se confortável a analisar os documentos, considerando que os mesmos estão bem apresentados, bem organizados e, como tal, fáceis de consultar, pelo que, em termos formais também será difícil não estar de acordo com os documentos apresentados. Continuou a sua intervenção referindo que, em termos de conteúdo, o que temos na mão é algo que se pode caracterizar com dois adjetivos, honestidade política e elevação, ou seja, o executivo aqui foi honesto, não inventou, não foi além, não contrariou aquilo que são as propostas iniciais, havendo aqui, claramente uma sujeição àquilo que é um programa com algum tempo e, como o Sr. Presidente disse, e bem, é um conjunto de documentos previsionais que são adequados ao tempo em que vivemos e com aquilo que se prevê que tenhamos no ano de 2023. Mais referiu que têm o cuidado de analisar bem esta nova realidade, que é a gestão municipal com a transferência de competências de competências, especialmente em 3 áreas estruturantes para a qualidade de vida dos munícipes do Concelho de Mação, que são a área da Saúde, a área da Educação e a área da Ação Social, e parece-lhe ter havido o cuidado em acolher aquilo que são as novas responsabilidades nestas áreas, que são fundamentais para aquilo que é a ação do executivo municipal. Referiu ainda que temos aqui também um conjunto de preocupações que preenchem, de forma meticulosa, todas as áreas que aparecem desde o programa eleitoral, ao qual este executivo se sujeitou e depois, ao longo do tempo, até nos documentos plurianuais que tem apresentado, têm essa nuance.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção felicitando o executivo pela apresentação do mesmo, com leitura e compreensão fáceis. Continuou referindo que, a nível da cultura, na descrição parece-lhe pobre neste

documento e questiona sobre a verba alocada à mesma. Mais referiu que ficou a saber da possibilidade de comparticipação da Câmara Municipal em 50% das obras de ampliação e requalificação da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Mação e solicita informação se está previsto e se, caso a candidatura não for para a frente, se está previsto neste Orçamento outra medida para colmatar esse valor.

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção referindo que os documentos têm uma apresentação magnífica e sugere que, em próximos documentos, os mesmos possam ser feitos frente e verso e sem tanta cor para se poupar um pouco. Continuou a sua intervenção referindo que, no capítulo da Ação Social, podemos ler que a Câmara Municipal não é responsável pela falta de médicos, nem é responsável pela contratação dos mesmos e isso é verdade, mas também é verdade que a Câmara Municipal de Mação, o seu Gabinete de Ação Social e os seus técnicos, em parte, já tratam da saúde mental dos idosos e até de algumas crianças e também é verdade que tem a responsabilidade moral, perante os munícipes de, pelo menos, criar condições para atrair médicos. Mais referiu que não sabia que havia “leilões” de médicos, mas ficou a saber, a apesar de estar entre aspas não percebeu bem o que isso era. Referiu ainda que, a bancada do Partido Socialista, após recomendação já feita, no passado mês de junho, mais uma vez, apenas apela ao município para que proceda de modo a pressionar as entidades competentes, no sentido de resolver este problema, porque os membros da bancada do Partido Socialista farão exatamente a mesma coisa. Referiu ainda que chegou à bancada do Partido Socialista conhecimento de um número significativo de situações que nos preocupa, relativamente à sustentabilidade das IPSS's do nosso concelho que, apesar de serem organismos particulares, as mesmas prestam serviço público e assim é com tristeza que notamos uma ausência efetiva, neste Orçamento, para questões excecionais e esta é uma situação excecional que as nossas IPSS's estão a sofrer atualmente com, por exemplo, o aumento dos bens essenciais. Mais referiu que, relativamente à Educação e à Cultura, considera que era interessante alargar as atividades culturais às pessoas que moram fora da vila e era interessante que a Câmara Municipal levasse eventos culturais às pessoas, em locais onde as mesmas se juntam, nas suas localidades. Mais referiu que, no passado, houve vários programas, todos eles

com muito sucesso, por iniciativa da Comunidade Intermunicipal em conjunto com o município e era interessante que o município desse continuidade a esses projetos. Referiu ainda que, no que diz respeito à floresta, parece que as AIGP's são o futuro e nós acreditamos, só que, entretanto, gostaria de perguntar, já que a criação destas AIGP's é da responsabilidade da Aflomação, mas foi criada a AZR e questiona porque é que foi criada um S.A. e não uma nova associação e quais são os encargos com esta S.A.. Mais referiu que, quando foi prestada informação nesta Assembleia sobre esta S.A. não foi transmitido quem eram os sócios, nem os estatutos da mesma e, por isso parece-lhe que houve aqui uma falta de clareza e considera que devia ter havido mais informação sobre plano de atividades e orçamentos da mesma. Relativamente ao empreendedorismo e à revisão do PDM, gostaria de saber quais são os constrangimentos legais que são referidos e que não deixam o PDM andar para a frente. Relativamente ao Turismo, referiu que não sabemos, em concreto, sobre intervenções em zonas ribeirinhas, deve-se ter atenção às estas alterações climáticas, para que não aconteça o que aconteceu em Ortiga. Em relação ao Associativismo referiu que, tal como nas IPSS's, as associações, com os aumentos que têm vindo a acontecer, não só na energia elétrica, os eventos que realizam nem sempre conseguem cobrir as despesas e parece-lhe que até as burocracias levam grande parte do dinheiro das associações, por isso, seria boa ideia, que a Câmara pudesse ajudar. Relativamente às obras referiu que, neste ponto, é notória uma atenção especial a Cardigos e Carvoeiro, outra coisa não seria de esperar pois são decisões políticas.

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que o montante referido pelo vogal José Fernando Martins apara o Castro de São Miguel não é para o ano, é o acumulado de vários anos porque agora, o SNC obriga-nos a olhar para o documento de outra maneira e verá que, para 2023 estão dotados 100,00€, para manter a rubrica aberta e o acumulado é que dá os 300.000,00€ e o mesmo se passa com a Zona Industrial de Mação, pois agora os documentos têm de ser lidos de maneira diferente. Relativamente ao Castro de São Miguel referiu que as questões com Vila de Rei estão relativamente resolvidas, há um projeto que foi elaborado pela Câmara, que esteve financiado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que nós

apresentámos à Câmara de Vila de Rei e há ali boa vontade, no sentido de percebermos o que é de um e o que é doutro, e considera que não é por esse facto que as coisas não se fazem e a dificuldade que existiu e que, manifestamente existe tem a ver com o facto de que a intervenção prevista e que a DGPC nos “obrigava” a fazer, implicava entrar em terrenos de mais de 30 proprietários, o que, em termos burocráticos era, realmente, uma situação de difícil gestão e, portanto, houve vários constrangimentos mas é um assunto que não queremos deixar morrer. Considera que agora há boas relações entre os dois municípios e considera que há bom senso para conseguirmos tratar daquele monumento nacional com a dignidade que o mesmo merece. Relativamente à Zona Industrial referiu que os constrangimentos não são do PDM, são não avançar com a expansão da Zona Industrial das Lamas por causa dos constrangimentos do PDM, pois o PDM não permite construir nada naquele local, só após a revisão do PDM é que a Zona Industrial pode ser expandida. Mais referiu que os constrangimentos do PDM é uma questão de cultura geral e perceber o que se passa no país com todos os PDM, com o facto de termos mais de 20 entidades a pronunciar-se sobre as revisões do PDM e a dificuldade enorme que é conseguir consensualizar as revisões dos PDM, razão pela qual mais de 100 municípios do país estão, neste momento, com este problema para resolver e com a ameaça de verem fundos cortados, se não conseguirem fazer a revisão do PDM. Relativamente à entrada norte de Mação, referiu que aquilo que o executivo tinha previsto e está em Orçamento, o PAMUS, que previa e prevê um investimento muito significativo na vila de Mação, nomeadamente na entrada norte e no Centro histórico da vila e as candidaturas não foram aprovadas, eram candidaturas muito direcionadas para a descarbonização, muito direcionadas para a mobilidade e este projeto que temos em mente é um pouco de regeneração urbana e, aquilo que prevemos é requalificar toda a entrada em termos de passeios, de segurança, eventualmente criação de ciclovia, pavimento, mobiliário urbano, basicamente até à zona do Tribunal e também a zona da Horta da Nora, naqueles passeios em que os postes estão metidos no meio do passeio e onde, praticamente, não há passeios. Mais referiu que a Câmara já tem um projeto, mas como a ambição da Câmara era fazer tudo de uma vez, mas não temos condições e, por isso, vamos fazer esta primeira fase e depois requalificar tudo o resto.

Relativamente à questão da descentralização de competências e das Juntas, é algo que tem se falar e ver como se fará, mas parece-lhe que não tem sido isso que tem impedido a Câmara, como ainda hoje se demonstrou, de apoiar as Juntas de Freguesia e, apesar de não estar no documento o valor em concreto para as Juntas de Freguesia, como nunca esteve no passado, não foi isso que impediu a Câmara de apoiar. Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida, referiu que é, realmente, um documento que vai na linha daquilo que tem sido habitual, é um documento que vai na linha do que foram os compromissos do executivo com os municípios do nosso concelho e considera que assim deve ser porque foi esse o mandato que tivemos das pessoas, sem prejuízo, evidentemente, de aceitarmos como boas, sugestões que venham da oposição, como é o caso de uma ou de outra que aqui está no documento. Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e no que diz respeito à questão da cultura ser pobre, referiu que é um ponto de vista, como é óbvio, e que nunca esteve uma rubrica especifica para a área cultural, está repartida por várias áreas, dependendo daquilo que forem as atividades culturais, por exemplo, tudo aquilo que diz respeito à Feira Mostra é repartido por várias rubricas e, portanto não existe uma rubrica especifica “cultura”, que compreende que poderia ser interessante para a contabilidade mas não tem sido essa a opção nem a prática deste executivo mas, neste momento, estamos a trabalhar na tentativa de realizar um conjunto significativo de atividades culturais ao longo do ano, muitas delas não estão ainda fechadas, outras com hipótese de descentralização, mas neste momento não temos tudo fechado, tendo, no entanto, uma noção dos valores que poderão ser gastos relativamente a esta matéria. Em relação à Creche e ao apoio de 50%, referiu que nunca mencionou a quantia de 50%, e deixa claro que a Câmara tem obrigação de apoiar a Santa Casa da Misericórdia, como a todas as outras instituições e, especificamente nesta área, em concreto, é a única instituição do concelho que presta aquele tipo de serviço de creche e há aqui uma responsabilidade acrescida e, portanto, a Câmara não deixará de conseguir encontrar a forma do apoio e também, evidentemente, se acontecer alguma circunstância, e era bom que assim fosse, da obra se desenrolar toda durante o ano de 2023, que não acha muito normal pelo decurso normal das coisas, a Câmara, seguramente, encontraria forma de fazer aquilo que tinha de ser feito.

Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro e à questão dos médicos, referiu que, se somos responsáveis pela saúde mental é porque a Câmara decidiu politicamente ser responsável por essa área porque essa não é uma competência da Câmara Municipal de Mação, a Câmara tem um Gabinete de Ação Social há muitos anos que apoia e muito, as pessoas nesta área e tomara o país que as outras Câmaras o fizessem e considera que somos um exemplo de bem trabalhar nesta área. Mais referiu que, quando se fala em “leilão” por médicos, é precisamente aquilo que os eleitos do Partido Socialista sugerem que a Câmara faça, que é criar aqui um regime de incentivos que não se sabe onde acaba, para os médicos virem para cá e não lhe parece que essa seja a melhor opção, considera que até estamos a colocar os médicos numa posição desagradável e até se podem sentir quase como uma mercadoria, que vai para quem dá mais e considera que isso não dignifica a ação médica. Mais referiu que o que temos de dizer com todas as letras é que isto é uma responsabilidade do Estado, é uma corresponsabilidade do Governo, em concreto, deste Governo e também de Governos anteriores que, durante anos, andaram a “assobiar para o lado”. Referiu ainda que o que está a acontecer é precisamente esta retórica de estar a passar para cima dos municípios, pela proximidade que temos, uma enorme carga, no sentido de sermos nós a resolver um problema que não está nas nossas mãos resolver, mas isso não quer dizer que não façamos as pressões que achamos que devemos fazer, e todos o fazemos para tentar encontrar soluções porque nós estamos do lado da solução, mas não se sente minimamente responsabilizado por esta questão e pensa que nenhum autarca se deve sentir. Relativamente às atividades culturais, a Câmara fez a descentralização de algumas atividades culturais porque considerou que era uma boa forma de o fazer e estará disponível para o voltar a fazer, é essa a vontade da Câmara, mas as Juntas de Freguesia também podem levar a cabo atividades culturais e a Câmara cá estará também para as apoiar. Em relação às alterações climáticas, referiu que as mesmas agora são responsáveis por tudo, mas já tivemos cheias grandes, por exemplo na Praia do Carvoeiro em 2004, em 2005, na Praia de Cardigos em 2010, 2011 e ainda não se falava das alterações climáticas da forma que se fala agora, a água do Tejo esteve junto à estação ferroviária e não se falava de alterações climáticas e agora tudo é das alterações climáticas, que não nega que existem

e que são evidentes, e considera que a recomendação faz todo o sentido para que tenhamos os devidos cuidados. Relativamente ao apoio às associações, considera que nisso é inegável aquilo que a Câmara tem feito no apoio às associações, são centenas de milhares de euros, ao longo dos últimos anos, de apoio às associações e a vogal Carla Loureiro sabe isso muito bem. É devolvido o IMI às associações que têm os prédios em seu nome, apoiamos as associações sob todos os pontos de vista, em todas as atividades, indiscriminadamente e, portanto, vir dizer que ainda temos de reforçar e que, eventualmente ainda não fazemos o suficiente para apoiar as associações, sinceramente, parece-lhe uma crítica muito pouco avalisada e, por fim, muito menos avalisada lhe parece aquela sugestão de que a Câmara está a apoiar Cardigos e Carvoeiro e que se percebe que é porque são as duas do PSD e, por isso têm de ser apoiadas e, relativamente a esta matéria, pediu um pouco de reflexão e memória sobre os apoios da Câmara às Juntas do PS para perceber a injustiça daquilo que a vogal Carla Loureiro disse sobre isto.

O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à empresa AZR – Gestão Territorial, S.A., sempre defendemos que a entidade que deveria fazer a agregação da gestão deveria ser de cariz empresarial porque as associações não podem fazer comercialização, não se podem comprar produtos através da Aflomação aos nossos proprietários e revendê-los, não podemos fazer gestão dos terrenos dos nossos proprietários e ter lucro e depois entregas aos sócios, a Aflomação pode ter muitos lucros mas nunca poderá entregar um cêntimo a nenhum dos seus sócios legalmente porque é uma associação sem fins lucrativos, não distribui lucros aos seus sócios. Mais referiu que aquilo que estamos a tentar fazer é montar uma estrutura em que façamos a gestão, de modo conjunto, das propriedades e os lucros revertam para os proprietários e para fazermos isso necessitamos de uma estrutura empresarial. Só há dois tipos de estrutura, as sociedades por quotas e as Sociedades Anónimas, como a que foi constituída, que não poderia ser uma sociedade por quotas porque não se consegue governar uma sociedade que pode ter cerca de dois mil sócios, por exemplo, só em Cardigos e, por isso só restava uma figura que é a Sociedade Anónima, que tem uma estrutura legal, que está criada e que é preciso respeitar e uma das coisas que exige logo é que, para ser constituída tem de ser formalizado um depósito de

50.000,00€ e tem de ter, pelo menos 5 sócios fundadores. A AZR tem, neste momento, 50.000 ações, cada uma correspondente a 1,00€ daquilo que foi o capital social depositado e essas ações pertencem, 40.996 à Aflomação, ou seja, a AZR é uma sociedade anónima que é dos proprietários florestais do concelho de Mação e tem 4 ações que foram, por obrigação legal, quatro elementos dos corpos sociais da Aflomação que tiveram de se voluntariar, com 1,00€ cada um, para termos os 5 sócios que a Lei exige. Mais referiu que o que vai acontecer no futuro é, quando um proprietário vier ter com o processo e quiser manifestar a sua vontade de aderir ao mesmo, o que lhe vai ser dito é que ele aluga as suas propriedades à AZR e, em troca, vai negociar os termos em que o vai fazer e vai e vai receber capital da AZR, ou seja, o lucro da gestão das propriedades vai ser devolvido de volta a os proprietários aderentes, coisa que uma associação nunca poderia fazer e, por isso é que fomos obrigados a criar a AZR, que não é mais do que os proprietários do concelho de Mação, organizados nesta figura. Relativamente à questão sobre as despesas deste processo, referiu que as Sociedades Anónimas têm uma exigência clara, à partida que é ter um Revisor Oficial de Contas que, naturalmente, é um custo acrescido em relação a uma Sociedade por Quotas mas considera que não será uma despesa muito preocupante para o futuro pois considera que será suportável. Em seguida entregou à bancada do Partido Socialista os seguintes documentos:

- Escritura pública de constituição da empresa AZR – Gestão Territorial, S.A.,
- Estatutos
- Registo Central de Beneficiário efetivo
- Certidão permanente

Informou ainda que nenhum membro do Conselho de Administração da AZR tem qualquer vencimento ou benesse por desempenhar esse cargo, não havendo qualquer pagamento nem retribuição dessas funções.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 9 abstenções, o Orçamento e o Plano de Atividades da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2023.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2023;**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente ao Mapa de Pessoal, a Câmara tem, neste momento 39 lugares livres e prevê, para o ano de 2023, abrir 5 lugares, de Chefe de Divisão, de Fiscal, de Assistentes Operacionais para a Limpeza Urbana, para Serralharia e para a Carpintaria. Mais referiu que esta é a proposta aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.

--- O vogal José Fernando Martins questionou sobre se, dos funcionários da Câmara Municipal de Mação que transitaram para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, se algum regressou para a Câmara.

O Sr. Presidente informou que houve um funcionário que regressou à Câmara.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2023.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Abertura do Procedimento;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que este concurso público é muito semelhante aos anteriores, realçando que o prazo proposto para esta concessão é de 3 anos, que tem a ver com o mandato autárquico que ainda comporta os 3 próximos verões, no entanto, o concurso prevê a possibilidade, caso haja acordo entre as partes, de no final dos 3 anos se renovar automaticamente por mais duas vezes e esta situação tem a ver com a necessidade que existe em Carvoeiro de fazer investimentos, para que os locais se tornem mais atrativos e mais rentáveis. Mais referiu que a Câmara tem, ao longo dos últimos anos, tentado ao máximo afastar-se da aquisição de equipamentos de hotelaria, que têm um desgaste muito rápido, sobretudo se, durante o inverno, não tiverem as devidas manutenções e ficarem parados durante esses meses. Referiu ainda que, nos futuros contratos que o futuro concessionário possa fazer com os fornecedores, era um prazo curto e por isso

não lhes era disponibilizado o material habitual para as esplanadas e as arcas frigoríficas, máquinas de café, que são obtidos com contratos de maior duração.

--- O vogal José Fernando Martins solicitou informação sobre se as rendas da concessão são pagas de junho a setembro, mas supondo que em outubro o tempo está bom e o concessionário continua com o bar aberto ou fazem eventos noutros meses, o pagamento é só nos 4 meses e se carecem de autorização para fazer eventos fora desses meses ou são livres de as fazer.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que se entende que a renda deverá ser liquidada no período onde se prevê que haja retorno financeiro, mas não quer dizer que não possa haver uma atividade isolada durante o ano. Mais referiu que a Câmara, ao fazer este caderno de encargos é previsto que eles tenham retorno financeiro naquela época alta e na outra época isso não é previsível, no entanto, a renda que é proposta é uma renda anual e o momento do pagamento da renda está previsto que seja quando há mais retorno financeiro. Relativamente a outras atividades informou que, por norma, o concessionário avisa a Câmara, no entanto, enquanto concessionário por 3 anos, se quiserem abrir o Bar por haver alguma atividade na praia, a Câmara não tem nada contra isso.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento para concessão da exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas de Mação – Abertura do Procedimento;**

O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que a Piscina Descoberta é um local que tem um portão que está fechado quando não é horário de funcionamento e o bar só está aberto quando as piscinas estão em funcionamento e o contrato está previsto para apenas 3 anos pois não tem o nível de investimento que têm os bares das Praias Fluviais, o espaço é diferente e menor, o horário é diferente. Mais referiu que as responsabilidades deste concessionário são

muito menores também, em relação às Praias Fluviais, nomeadamente o nadador salvador, que a responsabilidade é da Câmara.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento para concessão da exploração do Bar das Piscinas Municipais Descobertas de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: **13) Concurso Público para Concessão da Exploração do Bar da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga – Abertura do Procedimento;**

O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que a Câmara verificou, nos últimos anos, a necessidade de abater grande parte dos equipamentos que havia e este Bar tem uma cozinha e tem um alvará que permite atividades nessa área da restauração, cozinha essa que foi aumentada e essa obra cria condições para haver melhores condições nessa área, no entanto, não basta aumentar o espaço, é necessário colocar lá equipamentos e os existentes estão em fim de vida útil e, por outro lado, a Câmara tem vindo há algum tempo a tentar lançar um desafio aos operadores privados no sentido de dinamizar toda aquela área envolvente, onde agora incluímos o Parque de Campismo. Mais referiu que a Praia, nos últimos 2 anos demonstrou que pode ser um local interessante e que poderá dar um retorno financeiro interessante e quem lá esteve conseguiu tornar o local atrativo e, com as obras que a Câmara está a fazer está a colmatar algumas limitações que havia, nomeadamente na parte da energia onde foi substituída a parte elétrica e também a parte dos esgotos que tinha problemas e o sistema não dava resposta nos dias de maior afluência de clientes, problemas que ficarão resolvidos muito brevemente. E outro factor diferenciador é a existência da Torre de Atividades devidamente licenciada, que permite outras atividades que as outras praias não têm. Mais referiu que com o englobar do Parque de Campismo, poderá criar uma oferta turística única no Concelho de Mação, sendo aquele local à beira do Tejo, com espaço, com restaurantes, com comboio e muito perto da A23 e seria muito positivo que aparecesse alguém que viesse acrescentar algo ao bom que a Câmara já tem vindo a fazer, pois a praia tem agradado nos últimos anos e o Parque de Campismo é um parque de referência para quem pratica campismo e, por isso

considera que alguém com alguém com vontade e capacidade poderá agarrar naquele espaço e torna-lo num espaço de orgulho para todos nós.

---O vogal Daniel Jana questionou se não houver candidatos para este concurso, nos moldes em que é apresentado, se isso poderá comprometer a abertura do Bar da Albufeira na época balnear.

---O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que, o facto deste procedimento ter vindo a esta Assembleia foi para a Câmara ter o tempo necessário, seja qual for o resultado deste procedimento concursal, para ainda agir relativamente ao Bar da Albufeira.

--- Seguidamente o ponto 13) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento para concessão da exploração do Bar da Albufeira e Parque de Campismo de Ortiga, tendo o caderno de encargos as condições para isso.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 14) da Ordem de Trabalhos: **14) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Cardigos;** o ponto 15) da Ordem de Trabalhos: **15) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Carvoeiro;** e o ponto 16) da Ordem de Trabalhos: **16) Discussão e votação de proposta de Minuta de Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Mação e a Junta de Freguesia de Ortiga;**

O Sr. Vereador Vasco Marques referiu que, relativamente aos últimos três pontos da Ordem de Trabalhos, os Acordos de Execução entre a Câmara e as Juntas de Freguesia de Cardigos, Carvoeiro e Ortiga, os mesmos são uma prática que tem vindo a ser feita nos últimos anos e que tem permitido poupança, tem permitido uma política de gestão de proximidade, pois a maioria das situações que acontecem são resolvidas sem necessidade de deslocação dos serviços da Câmara pois as Juntas de Freguesia têm um conhecimento mais próximo das Praias Fluviais e das necessidades das mesmas. Mais referiu que a Câmara tem tentado que, ao longo do ano se faça algum trabalho para quando chega o mês de maio não tenhamos as praias em muito mau estado e o trabalho seja menos nesse mês e tudo resulta muito melhor. Referiu ainda que estes Acordos de Execução previam a realização de pequenas

manutenções, gestão do pessoal, da qualidade da água e dos relvados durante a época balnear, entretanto, por várias questões, foram sendo alongados para todo o ano e os valores previstos nos mesmos têm a ver com o trabalho durante a época balnear e também as pequenas manutenções ao longo do resto do ano e a Câmara está em sintonia com as Juntas de Freguesia e nunca houve qualquer tipo de problemas, pelo que considera que é de manter estas Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção saudando a Câmara por este assunto ter vindo à Assembleia Municipal a esta sessão, o que quer dizer que se está a tratar atempadamente da época balnear do próximo ano. No entanto, propõe à Assembleia que estes Acordos de Execução sejam retirados da Ordem de Trabalhos pois estão feitos ao abrigo de um artigo da Lei que já foi revogado e, por isso não lhe parece coerente que esta Assembleia esteja a votar um documento que foi feito ao abrigo da Lei que já foi revogado e os mesmos poderão ser presentes na sessão de fevereiro desta Assembleia Municipal, depois de ser corrigida a base legal ao abrigo da qual os mesmos são elaborados.

O Sr. Presidente da Mesa pôs à votação a admissão da proposta apresentada.

---O Sr. Vereador Vasco Marques agradece o reparo feito pelo vogal José Fernando Martins e refere que nada tem a opor que os Acordos de Execução voltem à Assembleia de Fevereiro, indo proceder ao ajuste legal dos mesmos.

---O vogal José António Almeida referiu que, uma vez que o Sr. Vereador Vasco Marques considera que não há problema em que os Acordos de Execução voltem na Ordem de Trabalhos da sessão de fevereiro, a bancada do Partido Socialista não tem nada a objetar.

A admissão da proposta foi aprovada por unanimidade.

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

